

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai
S.A.**

CNPJ: 05.063.249/0001-60

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ETAU atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A Companhia atua na região Sul e responde por 0,17% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 04 subestações e 188 km de linha de transmissão, nas tensões entre 230 e 500 kV, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
ETAU	Simplex	500/230	188	150	18/12/2002	18/12/2032

Linha de Transmissão	RAP (R\$ Mil) (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ETAU	46.039	Jul/20	Junho	IGP-M

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.258 de 30 de junho de 2017.

Considerando a linha em operação, a RAP esperada é de R\$46.797 para 2018 (evolução de 1,91% em relação a 2017) e eu decréscimo de R\$49,02% para 2022 (decrécimo de 42,92% em relação a 2016), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$ mil em moeda constante							
Linha de Transmissão	2016 (*)	2017 (*)	2018	2019	2020	2021	2022
ETAU	40.999	45.901	46.797	43.872	32.173	23.399	23.399

(*) Rap realizada.

Desempenho Financeiro regulatório- R\$ mil	2017	2016
Receita operacional líquida	42.335	37.688
EBITDA	36.145	31.777
Margem EBITDA	85,38%	84,31%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
<u>Lucro do exercício</u>	22.909	18.038
Depreciação e amortização	4.247	3.645
Resultado financeiro	1.779	1.146
Imposto de renda e contribuição social	7.210	8.948
EBITDA	36.145	31.777

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	5.050	8.406
Não circulante	21.033	19.326
Dívida bruta	26.083	27.732
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	(11.065)	(21.977)
(=) Dívida líquida	15.018	5.755
Dívida líquida/EBITDA	0,41	0,18

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de "*back-office*" para atividades administrativas da ETAU e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2017 o resultado de 99,82% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas: (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e em resultados; (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade; (iv) cumprimento das Normas de Segurança; e (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo valor de R\$101 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2017. A prestação de serviço foi custeada pela Controladora Taesa.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de abril de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 26 de janeiro de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ 090174/O-4

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ no 05.063.249/0001-60

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	2.885	3.210
Títulos e valores mobiliários	5	4.023	14.920
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	4.420	4.146
Impostos e contribuições sociais		69	59
Outras contas a receber		288	349
Total dos Ativos Circulantes		11.685	22.684
<i>Ativos Não Circulantes</i>			
Depósitos vinculados	6	4.157	3.847
Depósitos judiciais		482	439
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	264	262
Impostos e contribuições sociais		130	75
Outras contas a receber		65	65
Imobilizado	8	105.473	107.034
Intangível	8	1.616	1.550
Total dos ativos não circulantes		112.187	113.272
Total dos ativos		123.872	135.956
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		747	1.565
Empréstimos e financiamentos	10	5.011	8.306
Debêntures	10	39	100
Impostos e contribuições sociais		4.319	7.929
Taxas regulamentares		1.395	1.115
Dividendos a pagar	9	11.538	20.482
Outras contas a pagar		364	2.178
Total dos passivos circulantes		23.413	41.675
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	10	11.049	9.358
Debêntures	10	9.984	9.968
Impostos e contribuições diferidos		6.912	2.338
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	615	615
Obrigações especiais	8	3.273	3.273
Outras contas a pagar		635	2.108
Total dos passivos não circulantes		32.468	27.660
Patrimônio Líquido			
Capital social		34.895	34.895
Reserva de lucros		34.895	34.895
Dividendos adicionais propostos		14.523	21.391
Prejuízos acumulados	13	(16.322)	(24.560)
Total do patrimônio líquido		67.991	66.621
Total dos passivos e do patrimônio líquido		123.872	135.956

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2017	2016
Disponibilização do sistema de transmissão		45.901	40.999
Parcela variável		(168)	(166)
Receita bruta		<u>45.733</u>	<u>40.833</u>
PIS e COFINS Corrente		(1.738)	(1.574)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.659)	(1.571)
Tributos e encargos		<u>(3.397)</u>	<u>(3.145)</u>
Receita Operacional Líquida	17	<u>42.336</u>	<u>37.688</u>
Material		(60)	(23)
Serviços de terceiros	18	(4.595)	(4.234)
Depreciação e amortização		(4.246)	(3.645)
Outros custos operacionais, líquidos de reembolsos		98	61
Custos operacionais		<u>(8.803)</u>	<u>(7.841)</u>
Pessoal	14	(72)	(74)
Serviços de terceiros	18	(1.315)	(1.417)
Depreciação e amortização		(1)	-
Despesas operacionais líquidas		<u>(247)</u>	<u>(224)</u>
Despesas operacionais		<u>(1.635)</u>	<u>(1.715)</u>
Resultado da atividade		<u>31.898</u>	<u>28.132</u>
Receitas financeiras		1.734	1.702
Despesas financeiras		(3.513)	(2.848)
Despesas financeiras líquidas	19	<u>(1.779)</u>	<u>(1.146)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>30.119</u>	<u>26.986</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(2.634)	(6.612)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(4.576)	(2.336)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	<u>(7.210)</u>	<u>(8.948)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>22.909</u></u>	<u><u>18.038</u></u>
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)		<u>0,65651</u>	<u>0,51692</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Lucro líquido do exercício		<u>22.909</u>	<u>18.038</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u><u>22.909</u></u>	<u><u>18.038</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Divid. Adic. Propostos	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.895	6.979	27.916	20.069	(20.991)	68.868
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 20/04/2016	13	-	-	-	(20.069)	-	(20.069)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.038	18.038
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(216)	(216)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	21.391	(21.391)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13	34.895	6.979	27.916	21.391	(24.560)	66.621
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 08/04/2017		-	-	-	(21.391)	-	(21.391)
Destinação societária de Reserva Especial		-	-	-	-	22.909	22.909
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(148)	(148)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	14.523	(14.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13	34.895	6.979	27.916	14.523	(16.322)	67.991

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.909	18.038
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		4.247	3.645
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	-	615
Juros e variações monetárias líquidas - Empréstimos e financiamentos	10	2.019	882
Juros e variações monetárias líquidas - Debêntures	10	1.071	1.483
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	7.210	8.948
Receitas Financeiras		(1.734)	-
Provisões - Custo de Construção		318	-
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) nas contas a receber de concessionárias e permissionárias		(276)	(577)
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(420)	(536)
Redução (aumento) nas outras contas a receber e depósitos judiciais		18	(37)
Redução (aumento) nos fornecedores		(1.136)	355
Aumento nas taxas regulamentares		280	220
(Redução) nas outras contas a pagar		(3.291)	(362)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>31.215</u>	<u>32.674</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.889)</u>	<u>(1.594)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>25.326</u>	<u>31.080</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		12.631	(9.555)
(Aumento) nos depósitos vinculados		(310)	(407)
Adições no imobilizado e intangível	8	<u>(2.752)</u>	<u>(19.238)</u>
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimentos		<u>9.569</u>	<u>(29.200)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Captação de novos empréstimos	10	6.694	9.200
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(8.749)	(7.712)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.568)	(1.227)
Pagamento de debêntures - juros	10	(1.115)	(1.471)
Dividendos pagos	9	<u>(30.482)</u>	<u>(740)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(35.220)</u>	<u>(1.950)</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(325)</u>	<u>(70)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa		3.210	3.280
Saldo final de equivalentes de caixa		<u>2.885</u>	<u>3.210</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(325)</u>	<u>(70)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

Em comunicado ao mercado em 30 de junho de 2017 a Centrais Elétricas brasileiras S/A ("Eletrobrás") informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a transferência da participação acionária da ETAU detida pela Eletrosul. A transferência foi anuída pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. Para que haja conclusão da operação, há necessidade de aprovação pelos órgãos de controle e pelos financiadores, o que não ocorreu até a presente data.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2018.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 22.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Obrigações especiais

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determinou para fins da contabilidade regulatória, que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

3.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento - Mantidos até o vencimento são ativos financeiros com vencimento determinado e que a Companhia tenha a intenção de manter até a data de vencimento. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos mantidos até o vencimento são medidos pelo custo amortizado.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial

(i) Capital social - Ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.8. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A partir do ano calendário de 2016, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, uma vez que a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14 acarretou na majoração da alíquota de presunção do IRPJ e CSLL, de 8% (oito por cento) e 12% (doze por cento), respectivamente, para 32% (trinta e dois por cento) nas entidades, sob regime de Lucro Presumido, que prestam serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, gerando discussão sobre a aplicabilidade desta majoração para as transmissoras de energia. O impacto relativo a adoção do Lucro Real em 2016 no imposto de renda e contribuição social diferidos foi de R\$4.228. Não houve impacto significativo no cálculo do PIS e COFINS, pois a maioria das receitas da Companhia se mantiveram no regime cumulativo, uma vez que o contrato de concessão foi assinado em data anterior a Lei nº 10.833 de 2003.

Baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL, apurados pelo regime de Lucro Presumido em 2015, decorrente da majoração das alíquotas de presunção advindas com a Lei nº 12.973/14. Esta mudança de estimativa gerou impacto de R\$ 3.012 em 2017.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercícios anteriores:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

3.9.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

CPC 48 (IFRS9) - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de *hedge*. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Classificação e mensuração - A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da norma. Continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. Devido à natureza garantida dos recebíveis, registradas em contrato entre a Companhia e o Poder Concedente, não são registradas provisões para perdas de crédito.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

(a) Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

(b) Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

(c) Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

(d) Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às IFRS novas e revisadas acima mencionadas.

4. Equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	2.885	3.210

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do Fundo Pampulha.

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	4.023	14.920
Taxa de rentabilidade anual acumulada	104,54% do CDI	106,31% do CDI

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do FIC de FI Pampulha, fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de "aplicações" da Companhia.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas ao risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. Depósitos vinculados

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos vinculados	4.157	3.847

Referem-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

7. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2017	31/12/2016
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.300	24	7	65	287	4.684	4.408
Circulante						4.420	4.146
Não circulante						264	262

	2017	2016
Concessionários e Permissionários	4.684	4.408
	4.684	4.408
Circulante	4.420	4.146
Não circulante	264	262

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$264 (R\$262 em 31 de dezembro de 2016), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

· Principais características do contrato de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP - a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.
- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
Resolução nº 2.258 de 30/06/2017			Resolução nº 2.098 de 23/06/2016			Resolução nº 1.918 de 23/06/2015		
Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
Total da RAP	Total de PA	Total	Total da RAP	Total de PA	Total	Total da RAP	Total de PA	Total
46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica de Fronteira	DIT Exclusiva
Receita básica licitada - RBL	X	-	-
Receita novas instalações - RBNI / RCDM	X	X	X
PA-Apuração - parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior			

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. I mobilizado, intangível e obrigações especiais

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2016	Adições (A)	Reclassificação (B)	Valor Bruto em 2017	Adições Líquidas (A) + (B)	Depreciação 2017	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>									
<i>Transmissão</i>									
Terrenos	-	862	-	-	862	-	-	862	862
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.310	-	-	1.310	-	(510)	800	841
Máquinas e equipamentos	4,08%	138.054	-	-	138.054	-	(42.633)	95.421	99.624
Móveis e utensílios	6,25%	2	-	-	2	-	(2)	-	2
	-	140.228	-	-	140.228	-	(43.145)	97.083	101.329
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>									
<i>Transmissão</i>									
Máquinas e equipamentos	-	1.749	1.183	-	2.932	1.183	-	2.932	1.749
Terrenos	-	95	571	-	666	571	-	666	95
Adiantamento a fornecedores (*)	-	279	473	-	752	473	-	752	279
Móveis e utensílios	-	14	-	(5)	9	(5)	-	9	14
Material em depósito	-	3.568	463	-	4.031	463	-	4.031	3.568
	-	5.705	2.690	(5)	8.390	2.685	-	8.390	5.705
Total do Ativo Imobilizado	-	145.933	2.690	(5)	148.618	2.685	(43.145)	105.473	107.034

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2016	Adições (A)	Reclassificação (B)	Valor Bruto em 2017	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Servidões	922	-	-	922	-	-	922	922
Softwares	3	-	5	8	5	(4)	4	-
	925	-	5	930	5	(4)	926	922
<i>Ativo Intangível em Curso</i>								
Outros intangíveis em curso	628	62	-	690	62	0	690	628
Total do Ativo Intangível	1.553	62	5	1.620	67	(4)	1.616	1.550

	Taxas anuais médias de depreciação	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido (Reapresentado)
<u>Imobilizado e intangível</u>					
<i>Em serviço - Transmissão</i>					
Custo histórico	3,60%	141.158	(43.149)	98.009	102.251
<i>Em curso - Transmissão</i>					
Custo histórico	n/a	9.080	-	9.080	6.333
Total do imobilizado e intangível		150.238	(43.149)	107.089	108.584

Obrigações especiais (Passivo)	Valor Bruto em 2016	Valor Bruto em 2017	Amortização acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Obrigações especiais	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)
Total	(3.852)	(3.852)	577	(3.273)	(3.273)

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	1.183	0	1.183
Terrenos	571	0	571
Material Estoque	463	0	463
Outras adições	473	0	473
Imobilizado em curso	2.690	0	2.690
Intangível em curso (*)	-	62	62
Total das adições do imobilizado e intangível em curso			2.752

(*) Refere-se aos processos de faixa de servidão ainda não julgados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

I - I - Outras Contas a receber - OCR e Outras contas a pagar - OCP.

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<i>Transações com partes interessadas</i>						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - ETAU x STC	6	6	67	62

b) Passivos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<i>Transações com os controladores</i>						
1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2018	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O presente contrato está em processo de renovação.
2	OCP x Serviço de terceiros - Engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	Contrato encerrado em 26/10/2016 por meio do termo de encerramento definitivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Eventuais atrasos na implantação, que não sejam imputáveis a Contratada, poderão ser motivo de aditivo para repactuação nos preços até a conclusão dos serviços.
4	OCP x Serviço de terceiros - Transmissão de dados - CEEE GT	R\$13 Valor mensal	01/01/2017 a 22/06/2018	Juros de 1% e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer cláusula ou condições do contrato; atraso de pagamento injustificado após 90 dias; inexecução total ou parcial das obrigações da CEEE (contratada).	Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrado o 3º aditivo do contrato de O&M junto à CEEE que inclui o serviço de transmissão de dados.
5	OCP x Serviço de terceiros - O&M - CEEE GT	R\$147 Valor mensal	23/06/2010 a 22/06/2018 Renovação a cada 4 anos.	Juros de 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrado o 3º aditivo do contrato incluindo os valores de R\$15 e R\$12, referentes ao serviço de transmissão de dados e serviço adicional de O&M do 2º banco de auto transformadores, respectivamente.
6	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização - CEEE	R\$79 Valor mensal	De 04/01/2016 até emissão	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% /	Pode ser rescindido por atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela por 90 dias/ descumprimento de qualquer cláusula do contrato.	Contrato encerrado em dezembro/16.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
			do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Atualização anual pelo IPC-A.		
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
8	OCP x Serviço de terceiros - O&M - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018 Renovação a cada 4 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
9	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia - Eletrosul	R\$5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020 Renovação a cada 5 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI.	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato.	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
10	OCP x Serviço de terceiros - CCI - Eletrosul	R\$8 Valor anual	De 04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
11	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$9 Valor anual	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
12	OCP x Serviço de terceiros - outros - Eletrosul	R\$18 Parcela única	Novembro de 2016 e Dezembro de 2017	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não Houve.	Supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande-SC ao sistema supervisorio SAGE e manutenção.
13	OCP x - reembolso de despesas - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
1	Taesa - Back office	67	65	818	775
2	Taesa - Serviços de engenharia	-	-	-	811
3	Taesa - Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores	68	-	204	-
4	CEEE GT - Transmissão de dados	-	374	170	374
5	CEEE GT - O&M	21	207	2.612	2.341
6	CEEE GT - Serviço de fiscalização	-	-	10	1.039
7	CEEE GT - taxa de conservação (CCI)	-	-	19	-
8	Eletrosul - O&M	-	-	834	725
9	Eletrosul - Comunicação multimídia	10	9	122	114
10	Eletrosul - Contrato de CCI	-	-	15	15
11	Eletrosul - Aluguel de imóvel	-	1	10	10
12	Eletrosul - Outros serviços	29	18	31	18
13	Eletrosul - Reembolso de despesas - Eletrosul	-	-	2	5
		195	674	4.847	6.227

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2016	Dividendos obrigatórios/adicionais aprovados	Pagamento	31/12/2017
Dividendos a pagar à Taesa	10.771	11.325	(16.029)	6.067
Dividendos a pagar à Eletrosul	5.615	5.905	(8.357)	3.163
Dividendos a pagar à DME	2.048	2.154	(3.048)	1.154
Dividendos a pagar à CEEE - GT	2.048	2.154	(3.048)	1.154
	20.482	21.538	(30.482)	11.538

Tipo de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Adicionais	2016	28/04/2017	AGO	27/12/2017	10.000	0,28657
Obrigatórios	2016	28/04/2017	AGO	14/07/2017	216	0,00619
Obrigatórios	2015	20/04/2016	AGO	14/07/2017	197	0,00565
Adicionais	2015	20/04/2016	AGO	14/07/2017	20.069	0,57516
					30.482	

Por meio das Cartas n.º 136/2017 e 106/2017, de 07 de julho de 2017 e de 03 de julho de 2017, o BNDES autorizou, no âmbito da cláusula décima quinta, inciso XII do contrato de financiamento celebrado juntamente entre a ETAU, a distribuição e pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, relativos aos exercícios sociais de 2016 e de 2015, nos valores de R\$ 21.391 e R\$20.069, respectivamente.

III) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2017	2016
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado - Diretoria	2017	2016 (*)
Remuneração	197	145

(*) Valor da remuneração considerado sem encargos.

10. Empréstimos e financiamentos e debêntures

Abertura do endividamento

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.1 Empréstimos e financiamentos

Características do empréstimo							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES	15/02/2006	Subcrédito A	8.529	8.529	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	1
		Subcrédito C	1.022	1.022	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	
		Subcrédito B	51.720	51.720	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
		Subcrédito D	6.197	6.197	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	44
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	44

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional									
BNDES	3	644	-	646	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	Mensal	SAC
FINAMES	56	891	2.025	2.971	15/02/2018	Mensal	15/02/2018	Mensal	SAC
BNDES - Automático	35	3.384	9.024	12.443	15/02/2018	Mensal	15/01/2018	Mensal	SAC
Total	93	4.919	11.049	16.060					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				2019	2020	2021	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional							
FINAME				972	972	81	2.025
BNDES-Automático				3.384	3.384	2.256	9.024
Total das dívidas				4.356	4.356	2.337	11.049

Movimentação dos empréstimos e financiamentos						
Financiadores	31/12/2016	Adição	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2017
BNDES	8.302	-	423	(448)	(7.631)	646
BNDES - Automático (a)	6.391	6.694	1.328	(853)	(1.118)	12.442
BNDES - FINAME ALSTON (a)	233	-	19	(21)	-	231
BNDES - FINAME TOSHIBA (a)	2.738	-	249	(246)	-	2.741
Total	17.664	6.694	2.019	(1.568)	(8.749)	16.060
Circulante	8.306					5.011
Não circulante	9.358					11.049

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2019	2020	2021	2022	Não circulante	Total
URTJ	2.343	1.820	1.820	1.214	-	4.854	7.197
UMBDES	150	-	-	-	-	-	150
SELIC	1.571	1.564	1.564	1.042	-	4.170	5.741
Taxa Fixa	947	972	972	81	-	2.025	2.972
Total	5.011	4.356	4.356	2.337	-	11.049	16.060

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

Os financiamentos junto ao BNDES possuem as seguintes cláusulas restritivas financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos:

BNDES: (i) manutenção do Índice de Cobertura da Dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes; (ii) e constituição em favor do BNDES de “Conta Reserva do Serviço da Dívida” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a soma das três últimas prestações do serviço da dívida da Companhia com o BNDES, incluindo principal, juros e demais acessórios, e “Conta Reserva de O&M” com recursos equivalentes a, no mínimo, a soma dos três últimos meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção. A periodicidade do cálculo do ICD é anual, cujo valor está apresentado na rubrica Depósitos vinculados e outros investimentos.

BNDES Automático: (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias	Financiadores			
	BNDES	BNDES - Automático	BNDES - FI NAME ALSTON	BNDES - FI NAME TOSHIBA
100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE-GT e DME.	X	-	-	-
Direitos da concessão ETAU.	X	-	-	-
Recebíveis de concessão ETAU.	X	-	-	-
Fiança Corporativa		X	X	X
Conta Reserva (serviço da dívida)	X	-	-	-

10.2 Debêntures

Financiador	Movimentação de debêntures			
	31/12/2016	Juros incorridos/ custos (*)	Juros pagos	31/12/2017
BNP Paribas (1ª emissão)	10.068	1.071	(1.115)	10.023
Circulante	100			39
Não circulante	9.968			9.984

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a amortização dos custos de captação com debêntures foi de R\$16.

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Moeda Nacional									
BNP Paribas-Debêntures	55	(16)	9.984	10.023	01/06/2018	Semestral	01/02/2019	N.A	Bullet
Total	55	(16)	9.984	10.023					

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo prazo		2019	Total
BNP Paribas - Debêntures		10.000	10.000
Custos das debêntures		(16)	(16)
Total das dívidas		9.984	9.984

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Convertibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo Fundo de FI - Pampulha.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

10.3 Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos, e títulos e valores mobiliários	31/12/2017	31/12/2016
- Bancos	2.885	3.210
Equivalentes de caixa	2.885	3.210
- Depósitos vinculados e outros investimentos	4.157	3.847
- Títulos e valores mobiliários	4.023	14.920

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2017			Total	Total 2016
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP		
<u>Dívida Bruta</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	148	4.903	21.033	26.084	27.732
<u>Ativos Financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos				(11.065)	(21.977)
Dívida Líquida				15.019	5.755

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$13.

	31/12/2017 e 31/12/2016
Provisões para Riscos Cíveis	495
Provisões para Riscos Trabalhistas	120
	615

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$152, sendo R\$66 referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias (em 31 de dezembro de 2016, R\$90, sendo R\$14 referentes a contingências cíveis e R\$76 a contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. O Convênio ICMS 117/04 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua cláusula primeira, cita que fica atribuída ao consumidor de energia elétrica, conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e pelo uso dos sistemas de transmissão na entrada de energia elétrica no seu estabelecimento. A Administração entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada, e em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

12. Imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.634)	(6.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.576)	(2.336)
	(7.210)	(8.948)

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IR e CSLL - Lucro Real		
	2017	2016
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	30.119	26.986
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(10.240)	(9.175)
Outros	3.030	227
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)	(7.210)	(8.948)
Alíquota efetiva	24%	33%

13. Patrimônio líquido

Capital social - em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	18.349.309	52,5838
Eletrosul	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros

(i) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva especial - constituída com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Prejuízos acumulados - o saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Destinação do lucro do exercício	31/12/2017	31/12/2016 (*)
Lucro do exercício	14.670	21.607
Dividendos obrigatórios (1%)	(147)	(216)
Dividendos adicionais propostos	(14.523)	(21.391)

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

(*) Ratificada na AGO de 28/04/2017

14. Pessoal e administradores

	2017	2016
Remuneração direta	(38)	(41)
Benefícios	(21)	(21)
FGTS e INSS	(13)	(12)
Pessoal	(72)	(74)
Remuneração direta	(197)	(145)
Administradores	(269)	(219)

Administradores: não há remuneração para o Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2017, os diretores receberam o montante de R\$197 (R\$145 em 31 de dezembro de 2016), contabilizados no grupo despesas de "Serviços de terceiros".

15. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Tokyo Marine	20/09/17 a 19/09/18	10.000	-	3
Risco operacional	Fator	19/11/17 a 18/11/18	-	14.842	15
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Liberty Seguros	19/09/16 a 18/09/18	15.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos, e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Bancos	2.885	3.210
<i>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</i>		
- Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)		-
- Títulos e valores mobiliários	4.023	14.920
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Depósitos vinculados	4.157	3.847
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.684	4.408
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	-	-
	45.749	26.385
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	747	1.565
- Empréstimos e financiamentos	16.060	17.664
- Debêntures	10.023	10.068
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	634	2.108
	27.464	31.405

16.4. Risco de mercado - Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.5. Risco de mercado - Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$150 equivalentes a 0,57% de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar norte-americano). Uma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar de forma negativa o resultado da Companhia.

16.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

16.7. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	Cenário provável em 31/12/2018	31/12/2017
CDI/SELIC (a)	6,63%	9,93%
URTJ (b)	6,75%	6,75%
PTAX - Dólar (a)	3,45	3,3080

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 19 de janeiro de 2018 - Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 19 de janeiro de 2018 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em 31/12/2017	Efeito no LAIR - janeiro a dezembro de 2017 - aumento (redução) Provável
Ativos financeiros		
<i>Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados - CDI</i>	8.180	(270)
Passivos financeiros		
<i>Empréstimos e financiamentos e debêntures</i>		
- TJLP	7.199	-
- UMBNDES (cesta de moedas) (a)	150	(6)
- CDI/SELIC	15.796	521
		245

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Em 31 de dezembro de 2017, o dólar representava 99,5% da cesta de moedas BNDES. Taxa utilizada para cálculo dos cenários prováveis foi a PTAX - Dólar.

16.8. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de "rating", índice de Basileia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.9. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("*covenants*"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	1.008	712	3.626	22.106	27.452
Pré-fixada	67	204	897	2.224	3.392
Total	1.075	916	4.523	24.330	30.844

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

16.10. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

O objetivo da Companhia é administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.11. Valor justo dos instrumentos financeiros

16.11.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Títulos e valores mobiliários	5	4.023	14.920	Nível 2
		4.023	14.920	

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo são definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16.11.2 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nesta demonstração contábil regulatória, se aproximam dos seus valores justos, uma vez que tem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias ou não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

17. Receita Líquida

	2017	2016
Disponibilização do sistema de transmissão	45.901	40.999
Parcela variável (a)	(168)	(166)
Receita bruta	45.733	40.833
PIS e COFINS Correntes	(1.738)	(1.574)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(1.659)	(1.571)
Tributos e encargos	(3.397)	(3.145)
Receita líquida	42.336	37.688

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na (s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

18. Informações sobre a natureza de custos e despesas

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

19. Receitas (despesas) financeiras

	2017	2016
Renda de aplicação financeira	1.734	1.702
Receitas financeiras	1.734	1.702
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.516)	(1.306)
- Variação monetária	(504)	424
	(2.020)	(882)
Debêntures		
- Juros incorridos	(1.071)	(1.483)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(3.091)	(2.365)
Outras despesas financeiras, líquidas	(423)	(483)
Despesas Financeiras	(3.513)	(2.848)
	(1.779)	(1.146)

20. Compromissos assumidos

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, esteja condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

· Compensação Ambiental - Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Em 25 de julho de 2012, o Conselho de Administração da ETAU aprovou a aquisição do terreno, que ocorreu em abril de 2017, juntamente com a sua doação.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Contrato para implementação do reforço na subestação Lagoa Vermelha II - no dia 26 de outubro de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a Energ Power Ltda., na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do 2º banco de autotransformadores da subestação de Lagoa Vermelha II, no valor de R\$16.709. Em 31 de dezembro de 2017 não havia saldo a pagar ao fornecedor. O empreendimento entrou em operação comercial definitiva em 26 de outubro de 2016 conforme carta ONS nº 1526/100/2016. A Companhia emitiu o Termo de Aceitação Provisório - TAP em 26 de novembro de 2016 emitindo uma correspondência para a Energ Power Ltda. Nessa data iniciou o período de garantia técnica pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial do empreendimento, conforme estabelecido em contrato. A Companhia espera emitir o Termo de Aceitação Definitivo - TAD após o término da garantia técnica.

21. Compromissos assumidos

Liquidação do empréstimo com o BNDES - Em 15 de janeiro de 2018 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$644 (parcela 144/144), ficando desobrigada de manter as contas vinculadas junto ao Banco do Brasil (administrador da conta), com o saldo de R\$4.298 em 16 janeiro de 2018. A disponibilização do saldo da conta dar-se-á após recebimento da declaração de quitação emitida pelo BNDES, quando o banco atesta não haver mais qualquer obrigação de natureza financeira e não financeira da Beneficiária.

22. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		2.885	-	2.885	3.210	-	3.210
Títulos e valores mobiliários		4.023	-	4.023	14.920	-	14.920
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.420	-	4.420	4.146	-	4.146
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	27.539	27.539	-	27.433	27.433
Impostos e contribuições sociais		69	-	69	59	-	59
Outras contas a receber		288	-	288	349	-	349
Total dos ativos circulantes		11.685	27.539	39.224	22.684	27.433	50.117
<i>Ativos não circulantes</i>							
Depósitos vinculados		4.157	-	4.157	3.847	-	3.847
Depósitos judiciais		482	-	482	439	-	439
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		264	-	264	262	-	262
Impostos e contribuições sociais		130	-	130	75	-	75
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	105.240	105.240	-	119.646	119.646
Outras contas a receber		65	-	65	65	-	65
Imobilizado	(iv)	105.473	(105.473)	-	107.034	(107.034)	-
Intangível	(iv)	1.616	(1.612)	4	1.550	(1.550)	-
Total dos ativos não circulantes		112.187	(1.845)	110.342	113.272	11.062	124.334
Total dos ativos		123.872	25.694	149.566	135.956	38.495	174.451

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		747	-	747	1.565	-	1.565
Empréstimos e financiamentos		5.011	-	5.011	8.306	-	8.306
Debêntures		39	-	39	100	-	100
Impostos e contribuições sociais		4.319	-	4.319	7.929	-	7.929
Taxas regulamentares		1.395	-	1.395	1.115	-	1.115
Dividendos a pagar		11.538	-	11.538	20.482	-	20.482
Outras contas a pagar		364	-	364	2.178	-	2.178
Total dos passivos circulantes		23.413	-	23.413	41.675	-	41.675
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		11.049	-	11.049	9.358	-	9.358
Debêntures		9.984	-	9.984	9.968	-	9.968
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	6.912	6.777	13.689	2.338	11.019	13.357
Provisões Para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		615	-	615	615	-	615
Obrigações especiais		3.273	(3.273)	-	3.273	(3.273)	-
Tributos diferidos	(iii)	-	5.868	5.868	-	6.189	6.189
Outras contas a pagar		635	-	635	2.108	-	2.108
Total dos passivos não circulantes		32.468	9.372	41.840	27.660	13.935	41.595
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		14.523	-	14.523	21.391	-	21.391
Prejuízos acumulados		(16.322)	16.322	-	(24.560)	24.560	-
Total do patrimônio líquido	(v)	67.991	16.322	84.313	66.621	24.560	91.181
Total dos passivos e do patrimônio líquido		123.872	25.694	149.566	135.956	38.495	174.451

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício		2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
	<u>Nota explicativa</u>						
Disponibilização do sistema de transmissão		45.901	(45.901)	-	40.999	(40.999)	-
Operação e manutenção		-	11.788	11.788	-	10.793	10.793
Construção e indenização		-	1.720	1.720	-	21.284	21.284
Remuneração do ativo financeiro de concessão		-	13.417	13.417	-	13.557	13.557
Correção monetária do ativo financeiro de concessão		-	(1.126)	(1.126)	-	7.698	7.698
Parcela variável		(168)	-	(168)	(166)	-	(166)
Outras receitas		-	5.329	5.329	-	4.946	4.946
Receita bruta	(vi)	45.733	(14.773)	30.960	40.833	17.279	58.112
PIS e COFINS Corrente		(1.738)	-	(1.738)	(1.574)	-	(1.574)
PIS e COFINS Diferido		-	320	320	-	(1.720)	(1.720)
Quota para RGR, P&D e TFSEE		(1.659)	-	(1.659)	(1.571)	-	(1.571)
Tributos e encargos	(vii)	(3.397)	320	(3.077)	(3.145)	(1.720)	(4.865)
Receita operacional líquida		42.336	(14.453)	27.883	37.688	15.559	53.247
Material		(60)	(2.276)	(2.336)	(23)	(19.884)	(19.907)
Serviços de terceiros		(4.595)	-	(4.595)	(4.234)	-	(4.234)
Depreciação e amortização		(4.246)	4.246	-	(3.645)	3.645	-
Outros custos operacionais		98	-	98	61	-	61
Custos operacionais	(viii)	(8.803)	1.970	(6.833)	(7.841)	(16.239)	(24.080)
Pessoal		(72)	-	(72)	(74)	-	(74)
Serviços de terceiros		(1.315)	-	(1.315)	(1.417)	-	(1.417)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	-	-	-
Despesas operacionais líquidas		(247)	-	(247)	(224)	-	(224)
Despesas operacionais		(1.635)	-	(1.635)	(1.715)	-	(1.715)
Resultado da atividade		31.898	(12.484)	19.415	28.132	(680)	27.452
Receitas financeiras		1.734	-	1.734	1.702	-	1.702
Despesas financeiras		(3.513)	-	(3.513)	(2.848)	-	(2.848)
Despesas financeiras líquidas		(1.779)	-	(1.779)	(1.146)	-	(1.146)
Resultado antes dos impostos e contribuições		30.119	(12.484)	17.636	26.986	(680)	26.306
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(7.210)	4.244	(2.966)	(8.948)	4.249	(4.699)
Lucro líquido do exercício	(x)	22.909	(8.239)	14.670	18.038	3.569	21.607

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo financeiro de concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro de concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro de concessão, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido societário	84.313	91.181
Ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1))	(132.779)	(147.079)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1))	107.085	108.584
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	6.777	11.019
Tributos diferidos (ICPC 01 (R1))	5.868	6.189
Obrigações especiais	(3.273)	(3.273)
Patrimônio líquido regulatório	<u>67.991</u>	<u>66.621</u>

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2017	2016
Lucro do exercício societário	14.670	21.607
Receita bruta (ICPC 01 (R1))	14.773	(17.279)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	(320)	1.720
Depreciação e amortização (ICPC 01 (R1))	(4.246)	(3.645)
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01 (R1))	2.276	19.884
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	(4.244)	(4.249)
Lucro do exercício regulatório	22.909	18.038

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

23. Eventos Subsequentes

Liquidação do empréstimo com o BNDES - Em 15 de janeiro de 2018 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$644 (parcela 144/144), ficando desobrigada de manter as contas vinculadas junto ao Banco do Brasil (administrador da conta), com o saldo de R\$4.298 em 16 janeiro de 2018. A disponibilização do saldo da conta dar-se-á após recebimento da declaração de quitação emitida pelo BNDES, quando o banco atesta não haver mais qualquer obrigação de natureza financeira e não financeira da Beneficiária.

* * * * *

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Nelson Gravino (Eletrosul)	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Presidente) (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Antonio Waldir Vittori (Vice-Presidente) (Eletrosul)	Anilson Luiz Duarte (Eletrosul)
Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado (CEEE-GT)	Luis Carlos Saciloto Tadiello (CEEE-GT)
Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)	Marco Antônio Pereira dos Santos (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF n.º 778.993.777-49